MELHORAMENTO GENÉTICO DE ARROZ IRRIGADO NA EMBRAPA CLIMA TEMPERADO: III. A NOVA CULTIVAR *PROTEGIDA* BRS PELOTA E A LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES DE 1997.

Arlei Laerte Terres⁽¹⁾, Irajá Ferreira Antunes⁽¹⁾ & Vilmar da Silva Maciel⁽²⁾. 1. EMBRAPA/CPACT-Caixa Postal 403, CEP 96.001-970-Pelotas-RS; 2. EMBRAPA-SNT- Caixa Postal 403, CEP 96.001-970-Pelotas-RS.

Direitos de Propriedade Intelectual são concedidos em reconhecimento a contribuição intelectual pela autoria de obras, pela invenção de novos produtos e processos ou pela obtenção de novas cultivares, com o propósito de gerar incentivos e estimular o desenvolvimento de inovações tecnológicas, de modo a se obter retorno financeiro pelos investimentos realizados (SANTOS, 1995).

A Lei nº 9.456, Lei de Proteção de Cultivares (LPC) (SENADO FEDERAL, 1997), foi sancionada em 25 de abril de 1997 e regulamentada em cinco de novembro de 1997 pelo Decreto nº 2.366 (DOU, 1997) que delega ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), órgão do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA), por intermédio do Cadastro Nacional de Cultivares Registradas (CNCR), a divulgação das cultivares inscritas no Registro Nacional de Cultivares - RNC. A *Lei brasileira*, que se orientou em similares estabelecidas, há mais de 50 anos, na Europa, é formatada com base na Versão 78 da UPOV (União Internacional para a Proteção dos Obtentores Vegetais), que congrega atualmente cerca de 35 países, inclusive o Brasil. Na regulamentação da Lei brasileira (Decreto nº2.366, de 5/11/97), oito espécies vegetais (arroz, feijão, milho, sorgo, soja, algodão, trigo e batata), acompanhadas de seus descritores mínimos, eram passíveis de proteção, pelo SNPC, por 15 anos – na Versão 91 da UPOV os prazos de proteção são de 20 anos para essas espécies.

A LPC é um mecanismo legal que protege cultivares que apresentam, concomitantemente, características de novidade, distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade genética. Por intermédio dela, é possível ao *melhorista* (de instituições públicas ou privadas), recuperar o investimento financeiro, ainda que parcial, somente na venda única da semente inicial de multiplicação de uma nova cultivar. Antes dessa legislação, os novos materiais caíam em domínio público, permitindo, aos multiplicadores privados de sementes os lucros da comercialização, sem nenhum retorno econômico para o *fitomelhorista* (ou sua instituição), por todo o trabalho feito no desenvolvimento da nova cultivar (SAMPAIO, 1998-1999) o que, no caso do feijão e do arroz, pode durar dez e 12 anos, respectivamente.

A portaria nº 527 (31/12/1997) do MAA, que instituiu o RNC, exige a inscrição prévia do genótipo comercial no RNC para a produção e comercialização de sementes ou mudas no Brasil, visando o incentivo do uso de *semente nova*, certificada, a cada safra de cultivo, para a elevação da produtividade da lavoura. As indicações de cultivares de arroz, por exemplo, baseiam-se naquelas regularmente inscritas no CNCR e nas com Certificado Provisório ou Definitivo de Proteção fornecidos pelo SNPC.

Segundo SAMPAIO (1998), o Brasil, com a instituição da LPC, cumpriu uma das exigências do TRIPS (*Trade Related Aspect of Intellectual Property Rights*), acordo que faz parte das negociações da Rodada do Uruguai do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), firmado entre a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), do qual o País é signatário desde janeiro de 1995.

A Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais (BRASPOV), instituída em 6/11/97, é uma entidade de classe legal, filiada à UPOV, que representa as empresas públicas e privadas de melhoramento vegetal, atuando na defesa dos direitos e interesses dos obtentores; no controle do sistema de comercialização de cultivares protegidas; na definição dos direitos dos obtentores; na promoção da conduta ética no exercício das atividades; na prestação de assistência técnica, jurídica e, ou, administrativa aos associados; na celebração de acordos de interesse dos obtentores e na participação de reuniões nacionais

e internacionais de interesse para os associados, dentre outras finalidades (SAMPAIO, 1998 e SEED News, 2000).

Todas as cultivares produtoras de grãos desenvolvidas pela Embrapa, ao serem registradas ou protegidas junto ao SNPC, levam a sigla BRS (BR=Brasil e S=Sementes), seguida de número ou nome de fantasia. A UPOV utiliza como orientação a não repetição da denominação de cultivares. Para executar tal política, ela dispõe de um cadastro, com mais de 100 mil nomes, dados pelos países-membros.

O objetivo deste artigo é comentar a comercialização da nova cultivar *protegida* BRS PELOTA, desenvolvida pelo programa de melhoramento genético de arroz irrigado da Embrapa Clima Temperado em 2000, e as possíveis implicações da Lei de Proteção de Cultivares de 1997 sobre a mesma.

É uma cultivar de arroz irrigado lançada em 2000 e protegida conforme a Lei nº9.456/978. Foi testada no ensaio comparativo *Estadual*, seguindo os requisitos da LPC e do Decreto nº 2.366, principalmente, quanto ao cumprimento dos princípios de novidade, distinguibilidade, homogeneidade, estabilidade e denominação. A portaria 294/98 estipula dois anos de resultados em três locais de experimentação em campo (ou três anos de resultados em dois locais), para a registro e/ou proteção de uma nova cultivar. Na Embrapa, a partir de 2000/01, o ensaio *Estadual* passou a ser denominado de ensaio de *Valor de Cultivo e Uso* (VCU) de linhagens promissoras e cultivares, em razão da vigência da LPC.

Em 1999/00, foram produzidas sementes da classe *genética* da BRS PELOTA, usando o método de *semente por cova*, com espaçamento de 0,20m entre covas, distribuídas em linhas de 10m de comprimento, espaçadas de 0,50 m, com 6 linhas por parcela na área da Estação Experimental de Terras Baixas, da Embrapa Clima Temperado. Nessa safra, também foram multiplicadas sementes da classe *pré-básica*, utilizando transplante mecânico de mudas em parcela com cerca de 2500 m². Em 2000/01, foram usados os mesmos procedimentos.

Em 2000 as sementes da *PELOTA* foram repassadas à Embrapa Negócios Tecnológicos (ex- Serviço de Produção de Sementes Básicas - SPSB), Embrapa Escritório de Negócios de Passo Fundo (no caso do arroz irrigado gaúcho), para multiplicação em maior escala, pelo sistema *Contratos de Empreitada Rural* (CERU), com orizicultores escolhidos pelo Embrapa-SNT (Serviços e Negócios Tecnológicos), obedecendo os critérios internos, em que o SNT fornece a semente *pré-básica* para implantação dos *campos de multiplicação* e depois adquire toda a produção e a processa.

Para a safra 2001/02, a Embrapa-SNT disporá de sementes da classe básica da BRS PELOTA para *Licenciamento*, mediante *processo de oferta pública*, a produtores de sementes integrantes do *Cadastro de Produtor de Semente da Embrapa*. Inicialmente é publicado um edital na imprensa (no mínimo, em dois jornais de grande circulação nacional) para o cadastramento e depois é feita a oferta de cotas somente aos produtores cadastrados para arroz. No caso do número de produtores interessados ultrapassar o número de cotas disponíveis, haverá necessidade de realizar uma seleção entre os interessados, seguindo critérios estabelecidos pela Embrapa. Nesse sistema (*Licenciamento*), os licenciados pagarão *royalties* (mesma percentagem para todos os licenciados) à Embrapa pela semente *Certificada* da BRS PELOTA por eles produzidas.

Espera-se que a BRS PELOTA proporcione à lavoura orizícola gaúcha, aumento de produtividade, de qualidade da semente (alta pureza varietal, ausência de *arroz-vermelho e preto*) e da qualidade do grão (maior rendimento industrial), aspectos diretamente relacionados com um dos objetivos da LPC. Há expectativa, também de retorno financeiro, via recebimento parcial de *royalties*, pela venda de sementes da referida cultivar, que deverá ser aplicado na melhoria do programa de melhoramento de arroz da Embrapa Clima Temperado. Conforme SAMPAIO (1998), a legislação ainda garante retornos similares quando germoplasma nacional protegido vier a ser usado em programas de melhoramento por terceiros países filiados à UPOV.

Ademais, a *Lei* pode estimular os programas de melhoramento genético de arroz irrigado no RS, a tal ponto, que a existência de um fluxo intenso de novas cultivares possa

vir a prejudicar aquelas (*protegidas* ou não) que estão em plena adoção pelos orizicultores, só porque são novidades. Muitos produtores gaúchos são ávidos por novas cultivares, comportamento esse que pode influenciar, negativamente, a utilização de uma boa cultivar em favor de outra pouco experimentada na orizicultura extensiva, além de prejudicar o prestígio da Instituição detentora do material. Embora testada no ensaio de VCU (ou em outro equivalente), é necessário conhecer o comportamento de uma nova cultivar, em condições de cultivo extensivo, pois outras interações com o meio ambiente (clima-solo-manejo), poderão influenciar a expressão, principalmente de características ligadas à produção.

Na aplicação da LPC, a caracterização bioquímica ou molecular-DNA deverá assumir capital importância em conflitos judiciais, quando a distinguibilidade entre ou intra cultivares de arroz, com base nos descritores mínimos morfológicos, tornar-se inviável, especialmente quando o material for cultivado sob diferentes condições edafoclimáticas e de práticas de manejo, fato que ocorre comumente nas diferentes regiões orizícolas do RS.

Finalmente, uma constatação sobre as cultivares BRS 6 (*Chuí*) e BRS 7 (*Taim*), sob domínio público, com base em IRGA (1998, 1999 e 2000). Observa-se que há um franco declínio na área cultivada com estas cultivares no RS, que atinge a proporção de 2,4 e 1,1% ao ano, respectivamente. Algumas prováveis razões para isso, são: inexistência de proteção de acordo com a LPC; falta de *semente básica* em quantidade suficiente para atender a demanda; falta de uma política agressiva de *marketing* e inexistência de flexibilidade nas negociações de venda de sementes e/ou pouca difusão de conhecimentos sobre práticas de manejo específicos, entre outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOU (Diário Oficial da União). Decreto nº 2.366, de 05 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares –SNPC, e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Brasília-DF, 7 de Nov. 1997. p.25333- 25354.
- IRGA. DATER-Núcleos de Assistência Técnica. Área cultivada por cultivar de arroz irrigado no Rio Grande do Sul. 1998.
- IRGA. DATER-Núcleos de Assistência Técnica. Área cultivada por cultivar de arroz irrigado no Rio Grande do Sul. 1999.
- IRGA. DATER-Núcleos de Assistência Técnica. Área cultivada por cultivar de arroz irrigado no Rio Grande do Sul. 2000.
- SAMPAIO, M. J. A. Propriedade Intelectual de Plantas: A nova Lei de Proteção de Cultivares e suas decorrências imediatas. **Assessoria da Embrapa-Brasília** (Assessora para assuntos de Propriedade Intelectual), 1998. p.145-158.
- SANTOS, M. de M. BIODIVERSIDADE: PERSPECTIVASS E OPORTUNIDADES TECNÓLOGICAS – Direitos de Propriedade Intelectual na Área da Embrapa. **Financiadora de Estudos e Projetos, Finep**, Brasília-DF. Mimeografado. 1995. p.1-13
- SEED NEWS. Brasprov fiscaliza o uso de sementes protegidas. **Ed. Becker & Peske Ltda.** Pelotas, RS. Ano IV – Nº 2, mar./abr. 2000, p.18. (ISSN 1415-0387).
- SEED NEWS. Embrapa Comunicado. **Ed. Becker & Peske Ltda.** Pelotas, RS. Ano IV – Nº 2, mar./abr. 2000, p.9. (ISSN 1415-0387).
- SENADO FEDERAL. Lei Nº 9.456, DE 25 DE Abril de 1997- Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras oportunidades. SENADO FEDERAL- SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES, Brasília-DF, 1997. p.15-30.